

**XII Congresso Internacional
das Licenciaturas**

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E O PODER DA LINGUAGEM: UMA PROPOSTA
FORMATIVA NO NEABI DO IFTO - CAMPUS PORTO NACIONAL**

**EDUCACIÓN ANTIRRACISTA Y EL PODER DEL LENGUAJE: UNA PROPUESTA
FORMATIVA EN EL NEABI DEL IFTO - CAMPUS PORTO NACIONAL**

**ANTIRACIST EDUCATION AND THE POWER OF LANGUAGE: A TRAINING
PROPOSAL AT NEABI OF IFTO - CAMPUS PORTO NACIONAL**

Apresentação: Comunicação Oral

Verônica da Costa Reis.¹; Marilene Dantas Sepulveda²; Millena Adrianna Formiga Dias Bernardeli³ Sônia
Eduardo de Moraes⁴

DOI: <https://doi.org/10.31692/2526-7701.VCOINTERPDVAgro.0012>

RESUMO

Este artigo apresenta uma proposta formativa em educação antirracista realizada em 2024 pelo NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) do IFTO – Campus Porto Nacional. A iniciativa teve como referência a cartilha “*Dicionário Antirracista: termos para eliminar do seu vocabulário*”, que possibilitou dar continuidade às ações pedagógicas já desenvolvidas pelo núcleo e fortaleceu a centralidade da linguagem como instrumento de transformação social e educativa. O objetivo geral consistiu em refletir sobre a contribuição da linguagem para a consolidação de uma cultura institucional antirracista no IFTO. Como desdobramentos, buscou-se: (1) analisar de que forma a linguagem, presente nas práticas cotidianas e acadêmicas, reproduz ou confronta o racismo estrutural; (2) promover ações de letramento racial e reeducação linguística em articulação com a comunidade e com protagonismo discente; e (3) avaliar os impactos dessas ações na comunidade acadêmica, propondo recomendações para sua institucionalização. A fundamentação teórica articula as contribuições de Gomes (2003, 2009, 2012), Munanga (1999, 2004), Carneiro (2011) e Fanon (2008), que compreendem a educação antirracista como prática político-pedagógica voltada à valorização da diversidade étnico-racial, ao reconhecimento identitário e ao enfrentamento das desigualdades. A metodologia adotada foi de abordagem qualitativa, estruturada em oficinas dialógicas e rodas de conversa que envolveram estudantes, docentes e técnicos ao longo do ano de 2024. Esses espaços favoreceram a escuta sensível, a ressignificação de discursos e a construção de um compromisso coletivo com a equidade racial. Os resultados parciais demonstram que o trabalho com a linguagem potencializou o letramento racial, tensionou naturalizações e estimulou a revisão de hábitos linguísticos que reproduzem violências simbólicas. Evidenciou-se, ainda, que o protagonismo estudantil foi essencial para a criação de ambientes de pertencimento e representatividade, transformando a escola em espaço de reflexão crítica e construção de novas referências identitárias. Conclui-se que a proposta reafirma a urgência de institucionalizar práticas de educação antirracista como compromisso ético e contínuo da escola pública. Ao assumir a linguagem como dimensão constitutiva das relações étnico-raciais, a ação mostrou-se capaz de promover não apenas informação, mas também transformação, contribuindo para consolidar uma cultura acadêmica democrática, plural e comprometida com a justiça social.

Palavras-Chave: Educação antirracista, Linguagem, Letramento racial, NEABI, racismo estrutural

1 Licenciatura em Pedagogia, IFTO, Campus Porto Nacional, veronica.reis2@estudante.ifto.edu.br

2 Licenciatura em Pedagogia, IFTO, Campus Porto Nacional, marilene.sepulvida@ifto.edu.br

3 Licenciatura em Pedagogia, IFTO, Campus Porto Nacional, formiga@ifto.edu.br

4 Licenciatura em Pedagogia, IFTO, Campus Porto Nacional, sonia.morais@ifto.edu.br



RESUMEN

Este artículo presenta una propuesta formativa en educación antirracista realizada en 2024 por el NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileños e Indígenas) del IFTO – Campus Porto Nacional. La iniciativa se basó en la cartilla “*Diccionario Antirracista: términos para eliminar de tu vocabulario*”, que permitió dar continuidad a las acciones pedagógicas ya desarrolladas por el núcleo y reforzó la centralidad del lenguaje como instrumento de transformación social y educativa. El objetivo general fue reflexionar sobre la contribución del lenguaje a la consolidación de una cultura institucional antirracista en el IFTO. De manera específica, se buscó: (1) analizar cómo el lenguaje, presente en las prácticas cotidianas y académicas, reproduce o confronta el racismo estructural; (2) promover acciones de alfabetización racial y reeducación lingüística en articulación con la comunidad y con protagonismo estudiantil; y (3) evaluar los impactos de estas acciones en la comunidad académica, proponiendo recomendaciones para su institucionalización. El marco teórico articula las contribuciones de Gomes (2003, 2009, 2012), Munanga (1999, 2004), Carneiro (2011) y Fanon (2008), quienes conciben la educación antirracista como una práctica político-pedagógica orientada a la valorización de la diversidad étnico-racial, al fortalecimiento identitario y al enfrentamiento de las desigualdades. La metodología adoptada fue de enfoque cualitativo, estructurada en talleres dialógicos y círculos de conversación que involucraron a estudiantes, docentes y técnicos a lo largo del año 2024. Estos espacios favorecieron la escucha sensible, la resignificación de discursos y la construcción de un compromiso colectivo con la equidad racial. Los resultados parciales demuestran que el trabajo con el lenguaje potenció la alfabetización racial, cuestionó expresiones naturalizadas y estimuló la revisión de hábitos lingüísticos que reproducen violencias simbólicas. Asimismo, el protagonismo estudiantil fue esencial para la creación de ambientes de pertenencia y representatividad, transformando la escuela en un espacio de reflexión crítica y construcción de nuevas referencias identitarias. Se concluye que la propuesta reafirma la urgencia de institucionalizar prácticas de educación antirracista como compromiso ético y continuo de la escuela pública. Al asumir el lenguaje como dimensión constitutiva de las relaciones étnico-raciales, la acción demostró ser capaz de promover no solo información, sino también transformación, contribuyendo a consolidar una cultura académica democrática, plural y comprometida con la justicia social.

Palabras Clave: Educación antirracista, Lenguaje, Alfabetismo racial, NEABI, Racismo estructural.

ABSTRACT

This article presents a formative proposal in antiracist education carried out in 2024 by NEABI (Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies) at IFTO – Porto Nacional Campus. The initiative was based on the booklet “*Antiracist Dictionary: terms to eliminate from your vocabulary*”, which enabled the continuation of pedagogical actions already developed by the center and reinforced the centrality of language as an instrument of social and educational transformation. The general objective was to reflect on the contribution of language to the consolidation of an institutional antiracist culture at IFTO. Specifically, the study sought to: (1) analyze how language, present in everyday and academic practices, reproduces or confronts structural racism; (2) promote actions of racial literacy and linguistic re-education in articulation with the community and with student protagonism; and (3) evaluate the impacts of these actions on the academic community, proposing recommendations for their institutionalization. The theoretical framework draws on the contributions of Gomes (2003, 2009, 2012), Munanga (1999, 2004), Carneiro (2011), and Fanon (2008), who conceive antiracist education as a political-pedagogical practice oriented toward valuing ethno-racial diversity, strengthening identity, and confronting inequalities. The methodology adopted was qualitative, structured around dialogical workshops and discussion circles that involved students, teachers, and staff throughout 2024. These spaces fostered sensitive listening, discursive resignification, and the construction of a collective commitment to racial equity. Partial results demonstrate that working with language strengthened racial literacy, challenged naturalized expressions, and encouraged the revision of linguistic habits that reproduce symbolic violence. Moreover, student protagonism proved essential for creating environments of belonging and representativity, transforming the school into a space of critical reflection and the construction of new identity references. It is concluded that the proposal reinforces the urgency of institutionalizing antiracist educational practices as an ethical and continuous commitment of public education. By assuming language as a constitutive dimension of ethno-racial relations, the initiative has shown itself capable of promoting not only information but also transformation, contributing to the consolidation of a



democratic, plural, and socially just academic culture.

Keywords: Antiracist education, Language, Racial literacy, NEABI, Structural racism.

INTRODUÇÃO

O racismo estrutural, conforme conceituado por Almeida (2019), configura-se como um sistema histórico e institucional que organiza as relações sociais com base na desigualdade racial. Presente nas práticas cotidianas, nos discursos, nas políticas públicas e nas estruturas de poder, ele opera, muitas vezes, de maneira silenciosa e naturalizada. Uma de suas expressões mais potentes manifesta-se na linguagem, que carrega significados, valores e hierarquias capazes de reproduzir estereótipos, exclusões e violências simbólicas. Nesse cenário, a escola — enquanto espaço de socialização e formação humana — não está isenta de reproduzir tais estruturas. Ao contrário, pode tornar-se tanto instrumento de opressão quanto campo estratégico para o enfrentamento do racismo e para a promoção de uma cultura de equidade.

É nesse contexto que a educação antirracista, como propõe Gomes (2012), se constitui como projeto político-pedagógico voltado à superação das desigualdades raciais. Para a autora, trata-se de uma prática educativa que valoriza a diversidade étnico-racial, desconstrói estereótipos e promove o reconhecimento e a valorização de sujeitos historicamente marginalizados. Mais do que uma ação pontual, a educação antirracista deve ser compreendida como compromisso ético, contínuo e institucional com a justiça social.

No Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Campus Porto Nacional, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) tem desenvolvido, ao longo dos últimos anos, ações formativas voltadas à valorização das identidades negras e indígenas. Em 2024, essas iniciativas foram intensificadas por meio de uma proposta pedagógica centrada na cartilha “*Dicionário Antirracista: termos para eliminar do seu vocabulário*”, elaborada pela Defensoria Pública do Distrito Federal. Essa ação integrou um trabalho coletivo já consolidado no campus, reforçando sua continuidade e trazendo para o centro do debate a linguagem como ferramenta de resistência, conscientização e transformação.

A escolha dessa abordagem justifica-se pela potência simbólica da linguagem na constituição do imaginário social e na sustentação de práticas racistas naturalizadas. A linguagem, nesse sentido, não é neutra: ela organiza o mundo, produz sentidos e pode tanto desumanizar quanto afirmar identidades. Por isso, o letramento racial e a reeducação linguística configuram-se como estratégias fundamentais para consolidar uma escola democrática, plural e comprometida com os direitos humanos.

Nesse marco, este artigo tem como objetivo geral refletir sobre a contribuição da



linguagem para a consolidação de uma cultura institucional antirracista no IFTO – Campus Porto Nacional. De forma específica, busca-se: (1) analisar como a linguagem, nas práticas cotidianas e acadêmicas, reproduz ou confronta o racismo estrutural; (2) promover ações de letramento racial e reeducação linguística em articulação com a comunidade e fortalecendo o protagonismo discente; e (3) avaliar os impactos dessas ações na comunidade acadêmica, propondo recomendações para sua institucionalização contínua.

A proposta fundamenta-se em autoras e autores que contribuem significativamente para o debate sobre relações étnico-raciais na educação brasileira, como Gomes (2003, 2009, 2012), Munanga (1999, 2004), Carneiro (2011) e Fanon (2008). Parte-se da convicção de que a transformação social exige o enfrentamento das estruturas simbólicas que sustentam a desigualdade racial — sendo a linguagem uma dessas estruturas centrais. Nos tópicos seguintes, são apresentados os fundamentos teóricos que sustentaram a proposta, os caminhos metodológicos percorridos e as análises construídas a partir da escuta e participação da comunidade acadêmica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação antirracista, compreendida como prática pedagógica comprometida com a equidade racial, configura-se como um processo contínuo de desconstrução das bases coloniais que estruturam o currículo, a linguagem e as relações escolares. De acordo com Gomes (2003, 2012), é fundamental compreender o papel da escola na reprodução das desigualdades, mas também reconhecer sua potência transformadora. Para a autora, políticas públicas educacionais e práticas pedagógicas devem articular identidade, cultura e pertencimento racial como dimensões constitutivas da formação cidadã.

Nesse mesmo horizonte, Munanga (1999) enfatiza a necessidade de revisitar criticamente o discurso da mestiçagem, tradicionalmente mobilizado para apagar as violências do racismo histórico no Brasil. O autor propõe uma abordagem que valorize os saberes e as contribuições das populações negras e indígenas, em contraponto à perspectiva eurocêntrica que ainda predomina nos sistemas educativos. Sua análise convida ao reconhecimento da diversidade étnico-racial como eixo estruturante da construção do conhecimento.

Carneiro (2011), por sua vez, contribui com uma reflexão crítica sobre o racismo como estrutura articulada a outras formas de opressão, como o sexismo e a desigualdade de classe. A autora defende que a linguagem, nesse contexto, assume papel central na produção e reprodução das exclusões, sendo também uma ferramenta de resistência e disputa simbólica. Sua proposta de um feminismo negro destaca a importância de ações afirmativas que enfrentem as



desigualdades históricas vividas pelas mulheres negras, especialmente no campo da educação.

Almeida (2019), ao sistematizar a noção de racismo estrutural, reforça que as desigualdades raciais não são eventos isolados, mas expressões de um sistema histórico que estrutura as relações sociais, econômicas e institucionais no Brasil. Para ele, o racismo não opera apenas no preconceito individual, mas sobretudo nas instituições — inclusive na escola —, que naturalizam e perpetuam desigualdades. Essa leitura exige que a educação antirracista vá além da inclusão superficial de temas raciais e se comprometa com uma revisão profunda das práticas pedagógicas, curriculares e linguísticas, considerando o racismo como eixo analítico central.

A esse conjunto de aportes, soma-se a perspectiva de Fanon (2008), que analisa os efeitos psicológicos e sociais do colonialismo, denunciando a internalização da inferioridade racial por meio da linguagem e dos símbolos culturais. Em *Pele negra, máscaras brancas*, o autor afirma que a linguagem carrega um peso político, pois está impregnada de relações de poder. A libertação do sujeito negro, segundo Fanon, exige também a reconstrução de sua autoimagem e de sua voz.

Gomes (2012) também destaca a importância de práticas pedagógicas voltadas para a valorização da ancestralidade e da identidade negra no espaço escolar, defendendo a Lei 10.639/03 como um marco importante na democratização do currículo e na promoção de uma educação antirracista. Para a autora, o letramento racial deve ser parte integrante da formação docente, tornando-se uma ferramenta para questionar as estruturas de poder e para construir uma pedagogia do respeito e da diferença.

Bernardo (2004), ao discutir o currículo oculto da escola, evidencia como o racismo institucional se manifesta em práticas sutis, como a negligência com a cultura afro-brasileira, a exclusão de autores negros nos materiais didáticos e o silêncio sobre a história da escravidão. Para a autora, o combate ao racismo na escola exige uma abordagem pedagógica intencional, que promova o reconhecimento e a valorização das múltiplas vozes presentes no espaço educativo.

À luz dessas reflexões, compreende-se que a educação antirracista demanda o letramento racial como processo de conscientização crítica acerca das palavras que utilizamos, dos sentidos que lhes atribuímos e dos efeitos que elas produzem. A linguagem, nesse sentido, deixa de ser apenas meio e passa a ser conteúdo e prática pedagógica transformadora.

É nesse contexto que a proposta formativa desenvolvida em 2024, com base na cartilha *Dicionário Antirracista: termos para eliminar do seu vocabulário*, se insere como uma estratégia de reeducação linguística. Ao convidar estudantes, docentes e técnicos



administrativos a refletirem sobre expressões naturalizadas que sustentam o racismo estrutural, a ação abre espaço para práticas discursivas mais justas, inclusivas e coerentes com os princípios de uma escola democrática.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e propositiva, voltada à compreensão crítica das práticas discursivas no ambiente educacional. Conforme Gil (2008), a pesquisa qualitativa busca apreender a complexidade dos fenômenos sociais a partir da escuta e da interpretação de significados, sem a preocupação com representatividade numérica. Já segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa descritiva objetiva identificar e registrar características de determinado grupo ou realidade, enquanto o caráter propositivo se vincula à formulação de estratégias pedagógicas a partir da análise dos dados obtidos.

O estudo foi realizado ao longo do ano letivo de 2024, no Instituto Federal do Tocantins (IFTO) – Campus Porto Nacional, no contexto das ações formativas promovidas pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI). A proposta teve como base a cartilha *Dicionário Antirracista: termos para eliminar do seu vocabulário*, elaborada pela Defensoria Pública do Distrito Federal, utilizada como dispositivo pedagógico para fomentar o letramento racial e a reeducação linguística no contexto escolar.

As ações formativas foram desenvolvidas por meio de quatro oficinas dialógicas e duas rodas de conversa, organizadas de forma participativa e envolvendo, no total, aproximadamente 120 participantes, entre estudantes do ensino médio integrado, docentes e técnicos administrativos. As atividades incluíram dinâmicas de leitura crítica, análise coletiva de termos, debates e produção de ressignificações. A escuta ativa foi adotada como metodologia central, valorizando as vivências dos participantes e suas percepções sobre a linguagem e o racismo cotidiano.

A análise das ações formativas considerou os níveis de participação, as formas de organização dos grupos e as reflexões compartilhadas ao longo dos encontros. Os sentidos produzidos foram interpretados à luz da fundamentação teórica que sustenta esta pesquisa. A partir de Carneiro (2011), compreendeu-se a linguagem como estrutura atravessada por relações de poder, gênero, raça e classe, sendo campo de opressão, mas também de resistência. Em diálogo com Gomes (2012), as práticas de letramento racial foram entendidas como caminhos para afirmar identidades e construir pertencimento étnico-racial na escola. A crítica à ideologia da mestiçagem proposta por Munanga (1999) permitiu observar como os participantes



enfrentaram discursos que ainda invisibilizam as violências raciais. Já Fanon (2008) contribuiu para compreender os impactos subjetivos da linguagem racializada, revelando que ressignificar o vocabulário é também reconstruir simbolicamente a identidade negra.

O caráter formativo e contínuo da proposta reforçou seu potencial transformador, na medida em que se inseriu no esforço institucional de consolidar uma cultura antirracista no IFTO, reconhecendo o NEABI como espaço permanente de articulação, escuta e formação crítica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações formativas realizadas pelo NEABI/IFTO – Campus Porto Nacional, em 2024, revelaram-se experiências pedagógicas potentes na promoção do letramento racial e no enfrentamento do racismo estrutural na escola. Através da proposta intitulada “Espaço de Expressão Antirracista”, o projeto mobilizou estudantes, professores, técnicos e comunidade externa em torno da cartilha *Dicionário Antirracista: termos para eliminar do seu vocabulário*, promovendo práticas de escuta, reescrita simbólica e engajamento crítico.

As imagens das atividades realizadas revelam momentos de expressão genuína por parte dos estudantes do ensino médio integrado, que compartilharam, por meio de palavras, símbolos e desenhos, suas vivências e percepções sobre o racismo em suas trajetórias escolares. As oficinas estimularam a análise crítica de termos naturalizados no vocabulário cotidiano, cujas origens estão associadas a processos históricos de desumanização. Esse movimento de revisão linguística se configurou como prática de resistência, como aponta Fanon (2008), ao demonstrar que a linguagem carrega marcas do colonialismo e pode ser instrumento de dominação, mas também de libertação.

A metodologia proposta demonstrou coerência com a perspectiva de educação antirracista de Gomes (2012), que defende a articulação entre identidade, cultura e pertencimento racial como elementos estruturantes da formação cidadã. A atividade propiciou a vivência desses princípios, transformando a escola em espaço de construção coletiva de sentidos e de afirmação de identidades negras. Os textos, imagens e depoimentos produzidos evidenciaram que o combate ao racismo requer não apenas informação, mas transformação das consciências.



Imagens de 1 a 4 – representam um espaço criado para a expressão antirracista que os alunos do ensino médio integrado percebem em suas vivências



Fonte: (própria, 2024)



Fonte: (própria, 2024)



Fonte: (própria, 2024)

As imagens apresentadas nas Fotos 1 a 4 ilustram de forma contundente o protagonismo dos estudantes do ensino médio integrado na construção de um espaço pedagógico voltado à expressão antirracista. Os registros visuais evidenciam a disposição dos alunos em ocupar o espaço escolar com discursos críticos e reflexivos, revelando um ambiente esteticamente pensado para provocar o olhar e convidar ao debate. As frases expostas, os painéis temáticos e os materiais didáticos utilizados refletem o engajamento coletivo em torno da desconstrução das violências linguísticas e simbólicas presentes na escola.

Essa atuação discente ativa, que vai além da mera participação, expressa um processo formativo ancorado em práticas que valorizam a experiência, a escuta e o reconhecimento dos sujeitos em sua pluralidade. Conforme defende Munanga (2004), uma educação verdadeiramente democrática exige o enfrentamento do mito da democracia racial e a valorização dos saberes produzidos pelas populações negras como estratégia de reparação histórica. Na mesma linha, Gomes (2003) destaca que a escola precisa reconhecer a dimensão racial das desigualdades para que possa se constituir como espaço de transformação social, o que se manifesta diretamente nas produções dos estudantes ao se apropriarem do vocabulário antirracista como ferramenta crítica.

Além disso, ao analisarmos o envolvimento dos discentes na organização e condução das atividades, evidencia-se o que Almeida (2019) compreende como a necessidade de tomar consciência da estrutura do racismo em suas diversas manifestações — não apenas nas práticas discriminatórias explícitas, mas também na linguagem, nas ausências e nos silêncios que atravessam o cotidiano institucional. Os estudantes, ao inscreverem suas vozes e percepções



nos murais e espaços expositivos, desestabilizam a neutralidade da escola e a convocam a assumir um posicionamento político em defesa da equidade racial.

A criação do “Espaço de Expressão Antirracista” pelos próprios alunos, portanto, representa um avanço significativo na consolidação de práticas pedagógicas que, além de informativas, são formativas. Elas atuam na reconstrução da identidade racial, no fortalecimento do pertencimento e na promoção de uma cultura escolar mais sensível, plural e engajada na luta por justiça social.

As imagens revelam também a presença ativa dos estudantes na construção coletiva de sentidos, evidenciando não apenas a participação, mas o protagonismo dos discentes na condução das atividades. A escuta sensível, o diálogo horizontal e a liberdade de expressão foram elementos fundamentais para que os estudantes se sentissem pertencentes ao processo formativo, apropriando-se da proposta como sujeitos históricos e críticos. A atuação coletiva e o envolvimento de professores, servidores e gestores demonstraram que a proposta extrapolou o campo do debate teórico, tornando-se uma experiência institucionalizada, transversal e enraizada na cultura do campus.

A mobilização intersetorial — entre ensino, extensão e gestão — contribuiu para consolidar um ambiente formativo que valoriza a diversidade, promove o letramento racial e combate práticas discriminatórias de forma contínua. O engajamento da comunidade escolar fortaleceu os vínculos intergrupais e intergeracionais, criando um espaço de solidariedade, pertencimento e acolhimento. Esse movimento colaborativo ampliou o alcance da ação, fazendo com que os princípios da educação antirracista não permanecessem restritos às ações pontuais, mas passassem a integrar o cotidiano da instituição, influenciando discursos, práticas pedagógicas e relações sociais. Trata-se, portanto, de uma experiência que vai além da formação individual, configurando-se como ação coletiva com potência para transformar a cultura institucional e promover justiça social. Esse movimento pode ser observado nas imagens 5 e 6.

Imagens 5 e 6 — Representam momentos em que os alunos escrevem e expressam suas percepções.





Fonte: (própria, 2024)



Fonte: (própria, 2024)

A ocupação visual do campus com conteúdo educativo e provocador busca instaurar zonas de desconforto produtivo, capazes de desestabilizar percepções naturalizadas sobre linguagem, raça e convivência escolar. Esse deslocamento simbólico, promovido por imagens, palavras e expressões cuidadosamente selecionadas, atua como uma pedagogia do olhar, chamando a atenção para as microviolências cotidianas que muitas vezes passam despercebidas. Ao provocar questionamentos e promover reflexões críticas, a proposta amplia a consciência da comunidade acadêmica sobre o racismo estrutural e suas manifestações, estimulando uma responsabilização ética e coletiva frente à promoção de uma escola mais justa e inclusiva.

Mais do que informar, a ação intenciona transformar: revisões de hábitos linguísticos, ressignificações de discursos e mudanças de postura tornam-se possíveis quando há envolvimento afetivo, cognitivo e social com os conteúdos propostos. A aposta na linguagem como ferramenta de emancipação, conforme apontado por autores como Fanon (2008) e Carneiro (2011), reafirma o potencial das práticas educativas na desconstrução de estigmas e na construção de identidades valorizadas.

Ao estimular o diálogo intergeracional e intercultural, conforme imagens 7 e 8, o espaço formativo se amplia para além das salas de aula, tomando o campus como território vivo de aprendizagem e resistência. Consolidar esse espaço como referência em ações antirracistas é, portanto, uma meta política, ética e pedagógica, que exige continuidade, compromisso institucional e protagonismo coletivo.



Imagens 7 e 8 - Estudantes e mulheres do Coletivo de Mulheres Negras e Populares em ações formativas no IFTO, evidenciando o diálogo intergeracional e a valorização da cultura afro-brasileira.



Fonte: Própria (2024)

Fonte: Própria (2024)

A articulação com o *Coletivo de Mulheres Negras e Populares* e a inserção da proposta na programação do Mês da Consciência Negra conferiram à ação uma dimensão interseccional mais ampla, ancorada nas experiências vividas por mulheres negras nos espaços escolares e comunitários. Essa aproximação não apenas fortaleceu os laços entre a escola e os movimentos sociais locais, como também possibilitou a valorização dos saberes ancestrais, das narrativas de resistência e das práticas culturais que atravessam as trajetórias dessas mulheres.

Conforme argumenta Carneiro (2011), é indispensável reconhecer a interdependência entre raça, gênero e classe na configuração das desigualdades estruturais no Brasil. Ao destacar o protagonismo das mulheres negras, a ação revelou como o enfrentamento ao racismo não pode ser dissociado da crítica ao sexismo e às desigualdades sociais que operam de forma simultânea e sobreposta.

O envolvimento do coletivo também ampliou os horizontes de escuta e aprendizado, promovendo um diálogo horizontal entre a comunidade acadêmica e os saberes populares. Essa troca evidenciou que o conhecimento legítimo e transformador não está restrito ao espaço formal da academia, mas circula entre corpos, territórios e experiências.

Ao trazer à tona as vozes de mulheres historicamente silenciadas, a ação reafirmou a potência educativa do encontro, do reconhecimento e da escuta como práticas antirracistas. Dessa forma, a proposta extrapolou o debate teórico e se materializou como prática social, conectando lutas por direitos, memória e justiça com o cotidiano da escola pública e dos sujeitos que nela atuam.

Em termos pedagógicos, os resultados demonstram que práticas educativas ancoradas na realidade dos sujeitos e nas suas experiências concretas fortalecem o compromisso da escola com a equidade racial. A linguagem, quando conscientemente trabalhada, transforma-se em



ferramenta potente de educação para a diversidade e de afirmação de cidadanias plurais. Nesse processo, as ideias de Fanon (2008) ajudam a compreender os impactos subjetivos e psíquicos de uma linguagem racializada, mostrando que a reconstrução simbólica do vocabulário é também ato de emancipação.

Imagens 9 e 10 – Representam a comunidade externa inserida na temática e discussão do núcleo, trazendo um pouco da sua cultura e do trabalho do coletivo e mulheres negras.



Fonte: (própria, 2024)

As imagens do evento também revelaram a participação da comunidade externa, que compartilhou elementos de sua cultura e das lutas locais, ampliando o diálogo entre escola e território. A presença do coletivo de mulheres negras reforçou a dimensão comunitária da proposta, contribuindo para a construção de um espaço educativo mais representativo, plural e inclusivo. Contamos também com uma oficina

Imagens 11 e 12- Oficina de bonecas negras “abayomi” pelo coletivo de mulheres negras e populares



Fonte: Própria (2024)



As imagens 11 e 12 retratam a oficina de confecção de bonecas negras do tipo abayomi, promovida pelo Coletivo de Mulheres Negras e Populares no IFTO – Campus Porto Nacional. A atividade, além de resgatar saberes ancestrais e práticas culturais afro-brasileiras, inseriu-se como potente ferramenta pedagógica de valorização da identidade negra e promoção do letramento racial. As bonecas abayomi, tradicionalmente confeccionadas com retalhos e sem uso de costura, carregam um profundo simbolismo de afeto, resistência e pertencimento, sendo utilizadas historicamente como presentes entre mulheres negras em contextos de dor e solidariedade.

Ao confeccionar suas próprias bonecas, estudantes e participantes estabeleceram conexões afetivas com suas histórias e ancestralidades, ressignificando a estética negra como fonte de orgulho e afirmação. A oficina, portanto, constituiu um espaço de aprendizagem sensível e crítica, alinhada às proposições de Munanga (1999), Gomes (2003) e Almeida (2019), ao integrar arte, identidade e enfrentamento ao racismo estrutural em uma prática educativa interseccional, comunitária e transformadora.

A proposta demonstrou que espaços de escuta, arte e diálogo, quando estruturados com intencionalidade pedagógica, promovem aprendizagens significativas e contribuem para a consolidação de uma cultura institucional antirracista. O NEABI, nesse processo, reafirma-se como agente articulador de uma formação crítica, sensível às urgências sociais e alinhada às diretrizes de uma educação comprometida com os direitos humanos. Por fim, tivemos uma roda de conversa com os estudantes sobre a temática, conforme imagens 11

Imagens 13 e 14- Mesa redonda: A representatividade da comunidade negra nos espaços acadêmico e profissional



Fonte: Própria (2024)

Por fim, realizamos uma roda de conversa com os estudantes sobre a temática da representatividade da população negra nos espaços acadêmicos e profissionais, conforme ilustrado nas imagens 13 e 14. Esse momento formativo foi de grande relevância para o



fortalecimento do letramento racial no ambiente educacional, possibilitando aos participantes a escuta de experiências vividas por pessoas negras que ocupam diferentes campos de atuação.

A presença de profissionais negros em posição de destaque possibilitou o enfrentamento de estereótipos historicamente atribuídos à população negra, contribuindo para a construção de novas referências de pertencimento e autoestima entre os discentes. Conforme argumenta Gomes (2003), a inserção de narrativas negras no espaço escolar é fundamental para a promoção de uma educação antirracista, pois permite reconhecer a pluralidade de trajetórias e combater o silenciamento histórico de sujeitos racializados.

Do mesmo modo, as contribuições de Carneiro (2011) reforçam a importância da representatividade como um ato político, capaz de romper com as estruturas de exclusão que perpetuam o racismo institucional. Nesse sentido, a roda de conversa configurou-se não apenas como atividade pedagógica, mas como um espaço de disputa simbólica, em que os corpos e saberes negros ocuparam o centro do debate, tensionando práticas curriculares que historicamente invisibilizam essas vozes.

A atividade também dialoga com as reflexões de Munanga (2004), ao demonstrar como a promoção da igualdade racial requer ações educativas intencionais, fundamentadas no reconhecimento das desigualdades e na valorização das contribuições da população negra para a sociedade brasileira. Assim, a mesa redonda evidenciou-se como estratégia potente de formação crítica, ao articular o conhecimento acadêmico com a experiência vivida dos sujeitos, promovendo aprendizagens situadas e socialmente engajadas.

Cabe destacar que a cartilha *Dicionário Antirracista*, que será utilizada de forma sistemática ao longo do ano de 2025, dará continuidade às ações iniciadas nos ciclos anteriores do núcleo, aprofundando as reflexões acerca da linguagem como espaço de resistência. Em 2024, as ações do NEABI concentraram-se na visibilidade das expressões racistas ainda presentes no cotidiano escolar, promovendo oficinas de leitura crítica, rodas de conversa e o espaço de expressão antirracista como práticas de escuta e reescrita simbólica. A cartilha, portanto, se insere como desdobramento dessas experiências, agora com a proposta de institucionalizar o debate, ampliar o alcance e sistematizar metodologicamente a formação.

Essa articulação entre os anos letivos evidencia o compromisso do núcleo com a continuidade pedagógica e com o aprofundamento dos eixos de letramento racial e educação para os direitos humanos. A ação de 2025, ao resgatar os sentidos produzidos anteriormente, reafirma o caráter processual e progressivo da luta antirracista na escola, compreendendo que a transformação das consciências e das práticas exige persistência, memória e engajamento coletivo. O material da cartilha *Dicionário Antirracista* já impresso, será estrategicamente



distribuído em todos os ambientes do *campus*, de forma permanente e visível. Essa ação busca expandir o alcance das discussões para além dos espaços formais de formação, estimulando a leitura espontânea, o debate cotidiano e o enfrentamento das microviolências linguísticas presentes no ambiente escolar.

Ao ocupar visualmente o campus com conteúdos educativos e provocativos, a proposta pretende instaurar zonas de desconforto produtivo, ampliar a consciência crítica da comunidade acadêmica e fomentar a responsabilidade coletiva na construção de uma escola antirracista. Mais do que informar, o material tem potencial de provocar transformações de postura, revisão de hábitos linguísticos e abertura para o diálogo intergeracional e intercultural, consolidando o campus como território de resistência, respeito e afirmação de identidades.

CONCLUSÕES

O presente artigo buscou apresentar uma proposta formativa em educação antirracista, articulada às ações do NEABI do IFTO – Campus Porto Nacional, tendo como eixo norteador o uso pedagógico da cartilha *Dicionário Antirracista: termos para eliminar do seu vocabulário*. Ao descrever as ações formativas realizadas, evidenciou-se sua relevância para a sensibilização da comunidade acadêmica quanto ao papel da linguagem na manutenção do racismo estrutural, destacando a potência transformadora de práticas que promovem o letramento racial, a escuta ativa e a reconstrução simbólica de sentidos como ferramentas fundamentais na formação cidadã.

Os resultados mostraram que ações intencionalmente organizadas, que valorizam a participação coletiva, a pluralidade de vozes e o respeito à ancestralidade, fortalecem uma cultura institucional comprometida com os direitos humanos. Oficinas, exposições, rodas de conversa e intervenções visuais no campus demonstraram que a escola pode e deve ser território de resistência, de resgate das identidades negras e indígenas, de afirmação das subjetividades historicamente silenciadas e de promoção de justiça social. Nesse processo, observou-se ainda o protagonismo discente e a afirmação das identidades negras como eixos centrais das atividades, revelando que a transformação simbólica da linguagem é também ato de emancipação.

A distribuição permanente da cartilha nos ambientes escolares, para além de gesto simbólico, materializa uma tomada de posição política da instituição, amplia o alcance da proposta formativa, reforça seu caráter contínuo e consolida o compromisso com a transversalidade da educação antirracista. Como indicam Munanga, Gomes, Almeida e Carneiro, não basta denunciar o racismo: é preciso enfrentá-lo por meio de práticas pedagógicas



concretas, que visem à emancipação dos sujeitos e à transformação das estruturas.

Nesse sentido, este trabalho reafirma o papel do NEABI como instância articuladora de saberes e fazeres comprometidos com a equidade racial, convocando toda a comunidade escolar a reconhecer-se como parte ativa desse processo. Que a linguagem utilizada no cotidiano educacional seja expressão de uma ética do cuidado, da valorização da diversidade e da luta permanente contra todas as formas de opressão. Educar para o antirracismo é educar para a vida, para o pertencimento, para a dignidade e para a reconstrução de um mundo mais justo, plural e solidário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

BERNARDO, Terezinha. **Racismo institucional e currículo escolar: o que a escola tem a ver com isso?** In: Educação e Sociedade, v. 25, n. 88, p. 791–804, 2004.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra: pesquisa e reflexão**. Brasília: MEC/SECAD, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Políticas de promoção da igualdade racial na educação brasileira: caracterização, limites e perspectivas**. In: Revista Brasileira de Educação, n. 40, 2009, p. 58–78.

Gomes, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça**. Educação & Sociedade, v. 33, n. 118, p. 727-744, 2012

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. **Dicionário Antirracista: termos para eliminar do seu vocabulário**. Brasília: Núcleo de Promoção da Igualdade Racial da Defensoria Pública do Distrito Federal – NUPIR/DPDF, 2023.

